



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
COMISSÃO DE SEGURANÇA HÍDRICA

ATA DE REUNIÃO

São Paulo, 22 de julho de 2020.

Comissão de Segurança Hídrica

- Teve lugar no dia 22 de julho de 2020, das 15h às 17h, por ferramenta virtual, a **23ª reunião ordinária da Comissão de Segurança Hídrica**.
- Participaram da Reunião: Marco Palermo e Breno Zylbersztejn, da SPurbanismo; Ivan Shirahama, Jenny Zoila e Marcos Romano e Giulia Godinho, da Sehab; Gustavo Rabello, da SGM; Irineu Gnecco Filho, da SMG; Maurício Tonin, da PGM; Thor Saad Ribeiro, Lucas do Vale, José Amaral, Patricia Sepe e Bruno Janini, da SMDU; Carlos de Nicola, do IAS; Mauricio Ramos e Mauro Scarpinatti, da Aliança pela Água; Guilherme Checco, do IDS; Raphael Guerrero e Renato Zuccolo, do Instituto de Engenharia; Marcel Sanches, Nivaldo Rodrigues e Monica Porto, da Sabesp; Maria Inês Sato e Eduardo Serpa, da Cetesb; Sandra Kishi, da PRR; Cesar Pergoraro, SOS Mata Atlântica; Ana Marina, do Ambiente do Meio; Giuliano Ajeje, da UBS; Helio Suleiman, da Bacia AT; Eunice Emiko e Yamma Mayura da SMS; Mônica Valdyrce, do Inst. Butantan; José Pimentel e Rogério Reis, da Arsesp; Antonio Carlos dos Santos, Consultor; Stela Goldenstein, do WBG.
- Marco Palermo iniciou a reunião cumprimento os participantes. Informou que a ata da reunião anterior está disponível e abriu para comentários. Não houve comentários e a ata foi aprovada por unanimidade.
- Em seguida, Patrícia Sepe da SMDU apresentou a proposta do plano de amostragem e coleta de água, no âmbito do programa Ligue os Pontos. Patrícia explicou que o programa foi prorrogado, por conta da pandemia, até março de 2020. Informou também que a equipe do programa está trabalhando em um edital de pagamento por serviços ambientais junto à SVMA. A proposta visa subsidiar as ações de ATER do programa nas represas paulistanas, gerando informações sobre a relação da qualidade da água se relaciona com o saneamento, a produção agropecuária, e o uso do solo do entorno. O programa trabalha com cerca de 520 agricultores. Destes, cerca de 160 propriedades serão amostradas para coleta. Patrícia então pediu contribuições dos membros da comissão.
- Marco Palermo parabenizou a apresentação, e exortou parceiros como a Sabesp e CETESB a contribuir com o trabalho. Marco pontuou também que, a respeito das captações, os pequenos produtores estão isentos do pedido de



CIDADE DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE SEGURANÇA HÍDRICA

outorga, mas não de informar o DAEE. Pediu, portanto, que o processo envolva a orientação para os agricultores que cadastrem no DAEE suas captações.

- Carlos de Nicola relevou a questão da segurança alimentar, perguntando sobre os desdobramentos do projeto nessa dimensão. Patrícia explicou que o Ligue os Pontos tem sim uma atuação nesse âmbito. Entretanto, é um desafio a compra de hortaliças para merenda, dada a logística envolvida.
- Stela Goldenstein trouxe à questão que é necessário discutir a redução do uso de água potável para produção de alimentos, ressalvadas hortaliças para consumo cru. Sugeriu pensar alternativas, como água de reuso. Patrícia respondeu que a maior parte dos agricultores não usa a água da Sabesp, por conta do custo e da ausência de rede. O programa tem trabalhado com a implantação de unidades demonstrativas, para difusão de melhorias tecnológicas.
- José Neto comentou que há um problema na higienização dos alimentos produzidos na região Sul.
- Mauro Scarpinatti pontuou que acha a pesquisa importante, pois há muito consumo de água de poço na região. Pediu também mais informações sobre o uso do solo.
- Ana Marina sugeriu que junto à coleta, seja aplicado um questionário sobre o uso de agroquímicos, para detecção de vestígios dos produtos do entorno ou de pulverização aérea. Em relação aos casos de aplicação de água de reuso, manifestou preocupação com a possível contaminação de parasitas.
- Breno Zylberstejn informou que dados que sejam gerados na coleta podem ser levados ao Hub Informativo.
- Em seguida, Mauricio Tonin e Raphael Guerrero fizeram uma apresentação sobre o novo Marco do Saneamento. Eles explicaram as mudanças no âmbito da regulação, que passa a ter a ANA como agência nacional da regulação de saneamento (água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos). O novo marco regulatório implica também ajustar pontos do contrato de prestação da Cidade, com um prazo menor para a universalização dos serviços (2033), com a mudança correspondente no programa de investimentos. Além disso, o contrato não é passível de prorrogação, sendo necessário licitar o serviço uma vez encerrado o contrato atual. Em relação à criação dos blocos de serviço, o Governo do Estado está incumbido da sua criação em até 180 dias, caso contrário a atribuição será remetida à ANA. Explicaram também que alguns dos vetos polêmicos da lei podem chegar a ser derrubados pelo Congresso. Informaram que em caso de alienação da prestadora, só é necessária anuência pública em caso de alteração do instrumento contratual.



CIDADE DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE SEGURANÇA HÍDRICA

- Giuliano Ajeje informou que há um entusiasmo significativo por parte do mercado financeiro e dos investidores com o novo marco regulatório do saneamento. Ele avalia que o veto do artigo 16 significa que haverá um influxo mais rápido de investimentos.
- Carlos de Nicola destacou a preocupação do IAS com as mudanças do marco regulatório do saneamento. Em primeiro lugar, apontou que é necessário ficar atento às capacidades da ANA. Em segundo lugar, apontou que o poder da Cidade de São Paulo, como município que subsidia o consumo de outros, deve ser aplicado para garantir serviços que contemplem o direito à água e saneamento.
- Mauro Scarpinatti fez algumas ponderações. Lembrou que alguns dos vetos podem cair, dado o cenário político. Ele se declarou cético quanto ao cumprimento dos prazos do marco, uma vez que com os investimentos do PAC os indicadores melhoraram pouco, e atualmente há uma grande instabilidade política. Mauro também pontuou que os subsídios cruzados são importantes para garantir o acesso à água na maior parte do país.
- Sandra Kishi tocou no ponto da regulação, pontuando que a ANA será responsável por estabelecer normas gerais e de compliance. Para ela, é preocupante a suspensão de programas por força de lei, como o Programa Nacional de Publicização.
- No âmbito da pauta do monitoramento da Covid na rede de esgotos, Maria Inês informou sobre quais pontos estão sendo monitorados pela CETESB no estado de São Paulo.
- Como último ponto de pauta, Breno informou sobre as novidades do Hub Informativo: novos dados fornecidos pelo Instituto Polis estarão na plataforma em breve.
- Cesar Pegoraro sugeriu que novos dados de origem da sociedade civil sejam incorporados ao Hub, como por exemplo, os relatórios de qualidade da água de rios da SOS Mata Atlântica, e trabalhos de monitoramento das represas.
- Encerrando, Marco Palermo marcou a reunião seguinte para 29/07/2020, das 15h-17h, com participação da Sabesp, e se comprometeu a lavrar a presente ata.